

Descolonização e migrações Os imigrantes dos PALOP em Portugal*

Por Ana Saint-Maurice
Rui Pena Pires

Após 1974 verificou-se, em Portugal, uma notável inflexão no sentido dos fluxos internacionais da população, por via da conjugação de movimentos muitos diversos. Entre estes são de salientar, por um lado, a retracção da emigração para as nações do centro da Europa conjugada com o retorno dos emigrantes aí estabelecidos e, por outro, os efeitos da descolonização consubstanciados no repatriamento dos portugueses residentes nas colónias e na imigração proveniente dos PALOP¹.

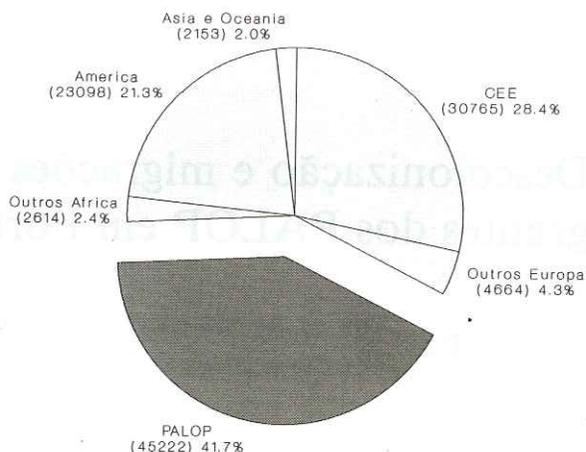
A ausência de estudos sistemáticos sobre o último dos movimentos referidos revela-se surpreendente quando se é confrontado com a sua amplitude, porventura inesperada. De facto, segundo os dados do Censo de 1981, residiam em Portugal cerca de 45 000 estrangeiros provenientes das ex-colónias de África, os quais representavam 42% do número total de estrangeiros então estabelecidos no país.

* Este artigo é um primeiro resultado duma pesquisa dos autores sobre a imigração dos PALOP para Portugal, em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE). Agradece-se ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento a autorização, amavelmente concedida, para a utilização dos dados que suportaram a pesquisa.

¹ Um estudo sistemático dos movimentos da população em Portugal após 1947, tem sido levado a cabo no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Ver os trabalhos editados por aquele Instituto sobre a emigração (H.-M. Sthal e outros, *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a CEE, 1980-1990*, Lisboa, IED, 1982), o retorno de emigrantes (M. Silva e outros, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional e Portugal*, Lisboa, IED, 1984), o repatriamento de África (R. Pires e outros, *Os Retornados: um estudo sociográfico*, Lisboa, IED, 1987) e a imigração de Cabo Verde (A. Saint-Maurice e I. Guerra, *Entre o Ser e o Sentir: a comunidade caboverdiana em Portugal*, Lisboa, IED, no prelo).

FIGURA 1

Estrangeiros por Região de Nacionalidade



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

1. Migrações e Mudança Social

A justaposição temporal das transformações políticas e sociais decorrentes da restauração democrática e da inflexão do padrão das migrações em Portugal, não constitui mera coincidência. De facto, e como tem sido frequentemente assinalado, os movimentos migratórios revelam uma articulação imbricada com os processos de mudança social².

No plano estrutural, aqueles movimentos têm tendência a ocorrer com maior intensidade em momentos de transformação societal alargada, com um efeito não apenas multiplicador mas também inovador sobre os sistemas sociais envolventes. Efeito inovador que é o resultado da contingencialidade associada, no plano da acção, à forma como os actores envolvidos definem o sentido das suas trajectórias, elas próprias concretizações de processos de mudança num plano mais micro, interpretam o contexto em que aquelas decorrem e, em consequência, desenvolvem estratégias de interacção múltiplas, e não necessariamente convergentes, entre si e com as comunidades dos territórios de origem e de destino³.

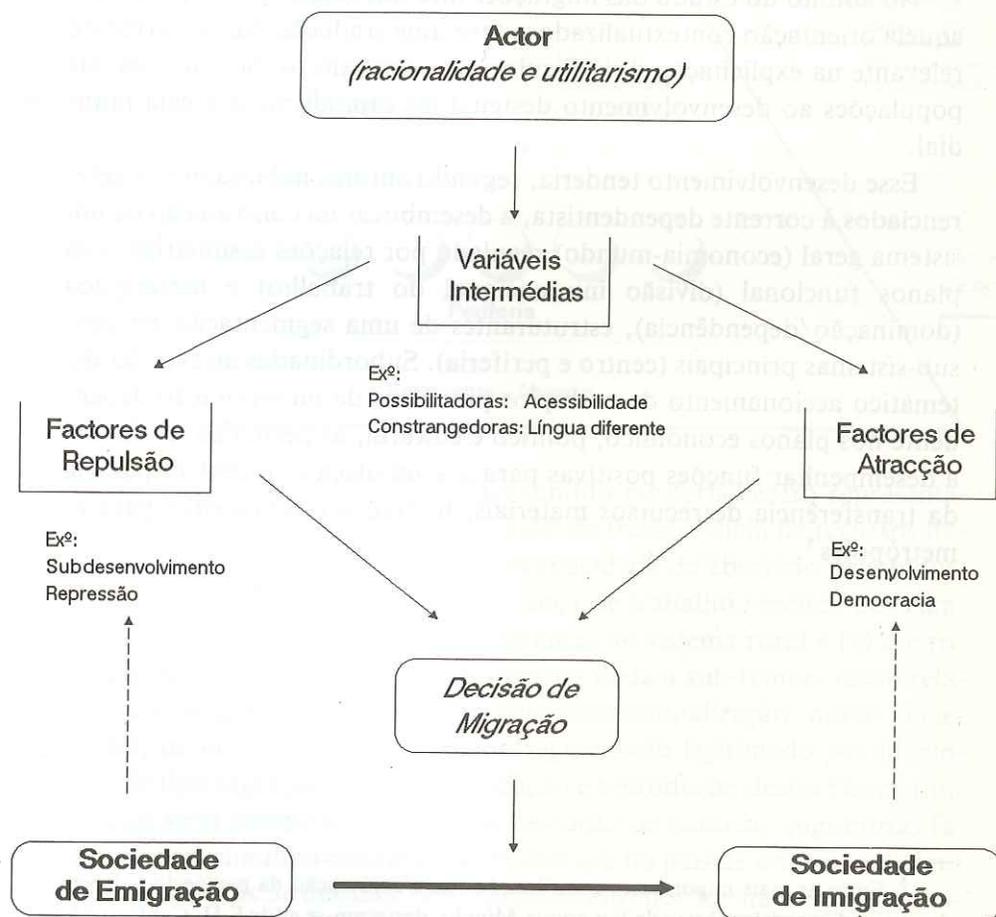
² Ver, em especial, J. Jackson, *Migration*, Londres, Longman, 1986 e G. Lewis, *Human Migration: a geographical perspective*, Londres, Croom Helm, 1982.

³ Para uma abordagem da mudança estrutural baseada nos efeitos da contingencialidade da acção, ver A. Giddens, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984.

A simples verificação da existência de movimentos de mobilidade espacial das populações ao longo de toda a História não é, por isso, motivo suficiente para justificar a pretensão de construção de uma teoria geral formal das migrações, de que é exemplo o modelo de repulsão-atração, com base no pressuposto da existência de uma racionalidade formal universal concretizado na representação do *homo economicus* (ver Figura 2)⁴. Tão constantes como a ocorrência de migração ao longo dos tempos, têm sido as variações nas causas e características de tais movimentos.

FIGURA 2

Modelo de Repulsão-Atração



⁴ Para uma actualização do modelo de repulsão-atração, elaborado por Ravenstein em finais do Século XIX, ver E. Lee, 'A theory of migration', in J. Jackson (ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

O reconhecimento da diversidade histórica dos processos migratórios tem estado por isso na origem da construção de modelos analíticos de menor abrangência, mas com maiores potencialidades heurísticas. Nesses modelos, um primeiro momento é dedicado à especificação das características distintivas dos espaços e tempos que delimitam os percursos que compõem qualquer processo migratório, bem como à caracterização social das populações envolvidas nas diferentes fases daqueles percursos.

1.1. Economia-mundo e migrações internacionais

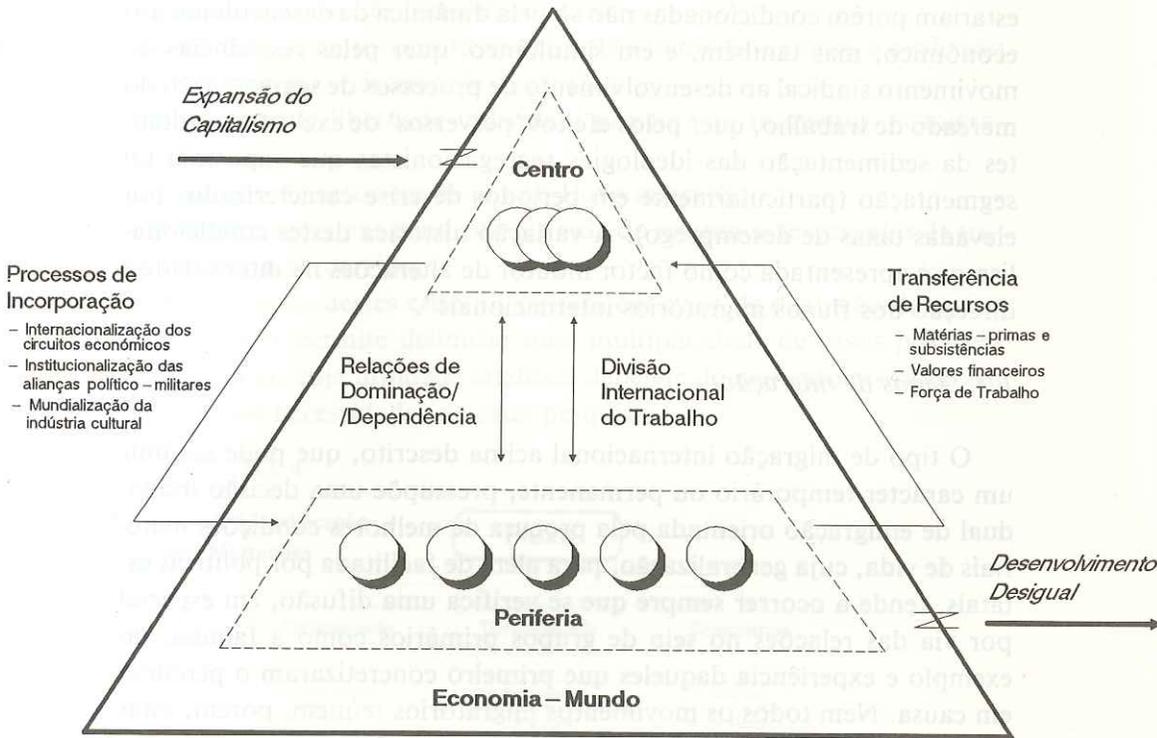
No âmbito do estudo das migrações internacionais contemporâneas, aquela orientação contextualizadora teve uma tradução particularmente relevante na explicitação dos vínculos que associam os movimentos das populações ao desenvolvimento desigual do capitalismo à escala mundial.

Esse desenvolvimento tenderia, segundo autores habitualmente referenciados à corrente dependentista, a desembocar na constituição de um sistema geral (economia-mundo) regulado por relações assimétricas nos planos funcional (divisão internacional do trabalho) e hierárquico (dominação/dependência), estruturantes de uma segmentação em dois sub-sistemas principais (centro e periferia). Subordinadas através do sistemático accionamento de múltiplos processos de incorporação dependente nos planos económico, político e cultural, as periferias tenderiam a desempenhar funções positivas para a acumulação no centro, por via da transferência de recursos materiais, humanos e financeiros para as metrópoles⁵.

⁵ Entre as mais importantes contribuições para construção da perspectiva dependentista e do modelo teórico da Economia-Mundo, destacam-se as de F.H. Cardoso e E. Faletto, *Dependência e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971, A.G. Frank, 'Le développement du sous-développement', *Critique de l'économie politique*, (3), 1971 a I. Wallerstein, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

FIGURA 3

O Sistema da Economia-Mundo



As migrações internacionais no sentido periferia-centro representariam, neste quadro, uma concretização da transferência de recursos humanos, a qual (i) teria origem na incapacidade de absorção pela indústria, nas sociedades satelizadas, da força de trabalho repelida dos campos em resultado das alterações operantes no sistema rural e (ii) contribuiria para a acumulação nas metrópoles dada a sub-remuneração relativa dos imigrantes, possibilitada pela institucionalização, nestas sociedades, de um mercado de trabalho segmentado legitimado por ideologias de tipo segregacionista. A produção e reprodução destes fluxos funcionais seria assegurada pela implementação de políticas migratórias facilitadoras, simultaneamente, da emigração, no país de origem, e da imigração, no país de destino. No primeiro caso, por forma a obviar a acumulação de tensões sociais resultantes de um sobredesenvolvimento de situações de 'marginalidade urbana' e a implementar fontes adicionais de receitas estatais. No segundo, com o objectivo de viabilizar a rentabilidade de sectores económicos tradicionais (funcionando em regime de

mão de obra intensiva) e de contrariar tendências altistas na determinação dos salários no mercado de trabalho ⁶.

Nas sociedades metropolitanas de destino, as políticas imigratórias estariam porém condicionadas não só pela dinâmica de desenvolvimento económico, mas também, e em simultâneo, quer pelas resistências do movimento sindical ao desenvolvimento de processos de segmentação do mercado de trabalho, quer pelos efeitos 'perversos' de exclusão resultantes da sedimentação das ideologias segregacionistas que suportam tal segmentação (particularmente em períodos de crise caracterizados por elevadas taxas de desemprego). A variação histórica destes condicionamentos é apresentada como factor indutor de alterações na intensidade e direcção dos fluxos migratórios internacionais ⁷.

1.2. Tipos de migração

O tipo de migração internacional acima descrito, que pode assumir um carácter temporário ou permanente, pressupõe uma decisão individual de emigração orientada pela procura de melhores condições materiais de vida, cuja generalização, para além de facilitada por políticas estatais, tende a ocorrer sempre que se verifica uma difusão, em especial por via das relações no seio de grupos primários como a família, do exemplo e experiência daqueles que primeiro concretizaram o percurso em causa. Nem todos os movimentos migratórios reúnem, porém, estas características, sendo múltiplos os tipos de migração conhecidos.

No prosseguimento da orientação contextualizadora por nós realçada, a construção de tipologias das migrações constitui por isso tarefa central. Dos diversos contributos sobre o assunto é possível reter, no-

⁶ Sobre a análise das migrações internacionais numa perspectiva dependentista, ver nomeadamente, A. Portes 'Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration', in M. Kritz, C. Keely e S. Tomasi (eds), *Global Trends in Migration Studies*, 1981. Sobre a componente racial das ideologias segregacionistas que suportam a segmentação do mercado de trabalho e suas consequências para a integração dos grupos minoritários, ver J. Rex e S. Tomlinson, *Colonial Immigrants in a British City*, Londres, Routledge an Kegan Paul, 1979.

⁷ As novas possibilidades e limites de desenvolvimento da segmentação do mercado de trabalho nas sociedades europeias são destacadas nos estudos reunidos em R. Boyer (éd), *La flexibilité du travail en Europe*, Paris, Éditions La Découverte, 1986.

meadamente, sete critérios básicos de classificação referenciáveis⁸:

- aos limites espaciais do movimento migratório;
- à dimensão temporal da situação migratória;
- à composição do fluxo migratório;
- ao tipo de factores contextuais sobre os quais se centra a avaliação conducente à decisão de migração;
- ao grau de liberdade individual presente no momento da migração;
- ao tipo de actor envolvido no fluxo migratório;
- às alterações nas condições de vida do migrante decorrentes da trajectória percorrida.

A subdivisão destes critérios básicos em eixos de distinção de maior especificidade permite delimitar uma multiplicidade de casos possíveis (ver Figura 4), cuja utilidade analítica depende do contexto histórico em análise e das necessidades de cada pesquisa.

FIGURA 4



⁸ Ver em especial: W. Petersen, 'A general typology of migration', *American Sociological Review*, (23), 1958, P. Krishnan e D. Odynek, 'A generalization of Petersen's typology of migration', *International Migration*, vol. XXV, n.º 4, 1987, pp. 385-395, F. Alberoni, 'Tipologia delle migrazioni esteriori', *Studi di Sociologia*, (3), 1963, G. Beijer, 'Modern patterns of international migratory movements', in J. Jackson (ed) *op. cit.*, R. Taylor, 'Migration and motivation: a study of determinants and types', in J. Jackson (ed), *op. cit.* e P. George, 'Types of migration of the population according to the professional and social composition of migrants', in C. Jansen (ed), *Readings in the Sociology of Migration*, Oxford, Pergamon Press, 1970.

No plano das migrações internacionais contemporâneas, aqueles critérios permitem delimitar dois tipos de movimentos de mobilidade espacial ainda não referidos neste texto, mas de particular relevância para os objectivos do nosso estudo: o povoamento colonial e as migrações forçadas. Os processos de povoamento colonial distinguem-se das migrações laborais clássicas, no plano das motivações, por a fuga a situações de mobilidade bloqueada ser tão ou mais valorizada que a simples procura de melhores condições materiais de vida e, no que se refere às alterações nas condições de vida dos migrantes, por os resultados serem em geral globalmente positivos dado não envolverem os custos de uma integração segregada subordinada. As migrações forçadas caracterizam-se, nomeadamente, por terem habitualmente origem em mudanças na esfera política, em muitos casos acompanhadas por conflitos com base étnica ou religiosa, e por implicarem um reduzido grau de liberdade dos actores na decisão de migrar.

Migrações laborais, povoamento colonial e migrações forçadas, são três processos de mobilidades espacial que estruturaram, no plano dos movimentos da população, as relações entre Portugal e os PALOP.

2. *Da Emigração à Imigração*

Durante a década de sessenta, as seculares tendências emigratórias características da sociedade portuguesa conheceram um substancial incremento, particularmente devido ao crescimento dos fluxos que tinham como destino algumas das formações europeias centrais e das sociedades coloniais africanas. Vários movimentos⁹ se entrecruzavam na composição desses fluxos, entre os quais é no entanto possível distinguir, como dominantes, a emigração laboral, no caso da Europa, e a mobilidade ascendente migratória, no caso do povoamento colonial⁹.

2.1. *Descolonização e movimentos da população*

No campo das relações coloniais, os movimentos da população, embora envolvendo diferentes grupos sociais, acompanhavam pois os flu-

⁹ Sobre a evolução das correntes emigratórias em Portugal ver J. Arroiteia, *A Emigração Portuguesa: as suas origens e distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984. Sobre a emigração para as colónias, muito deficientemente estudada, ver E. Ferreira, *Origens e Formas da Emigração: o impacto sobre o desenvolvimento*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

xos dominantes no sentido da repulsão migratória, contribuindo assim para acentuar as tendências demográficas regressivas em curso no país. É no entanto possível detectar, também na década de sessenta, o desenvolvimento de um processo de imigração com origem numa das colónias (Cabo Verde), o qual, reproduzindo a lógica da emigração laboral portuguesa para o centro europeu, concretizava, no plano demográfico, a dualidade de dominação/subordinação característica das situações de semiperifericidade¹⁰.

Com a independência das sociedades coloniais, este padrão dos movimentos da população entre Portugal e as sociedades africanas é radicalmente alterado. Num primeiro momento, ocorrem, em simultâneo, dois movimentos de êxodo predominantemente com origem em Angola (os mais vastos) e Moçambique, nos quais estão envolvidos os portugueses repatriados, por um lado, e refugiados africanos, por outro. Ultrapassada a conjuntura de crise que acompanha a descolonização, é possível verificar a cristalização de um novo padrão migratório neste espaço internacional, marcado pela consolidação do movimento social das migrações laborais com origem em Cabo Verde, e o seu progressivo alargamento aos restantes PALOP, bem como pela persistência de migrações forçadas de menor amplitude envolvendo sobretudo refugiados angolanos e moçambicanos. Em sentido contrário, assinalem-se as migrações de portugueses para os PALOP, as quais, maioritariamente enquadradas pelos mecanismos da cooperação, são, por contraste, de tipo predominantemente temporário e individual¹¹.

Em suma, o sentido dominante dos movimentos da população entre Portugal e os PALOP inverteu-se, com a retracção do tradicional ciclo da emigração ao qual sucede o desenvolvimento original de um ciclo de imigração.

¹⁰ No contexto de uma diáspora com quase três séculos de história, a imigração ca-boverdiana nos anos sessenta foi incentivada pelo governo português por forma a preencher, com mão-de-obra barata, vazios do mercado de trabalho provocados pela emigração portuguesa (nomeadamente nos sectores da construção civil e obra públicas). Ver A. Saint-Maurice e I. Guerra, *op. cit.*.

¹¹ Sobre as características da emigração enquadrada pelos mecanismos da cooperação ver o estudo realizado no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, coordenado por Guilherme Pereira, sob o título 'O Cooperante, a Política e a Prática da Cooperação: Perspectivas Actuais a Futuras' (1988-89).

2.2. A imigração dos PALOP

A avaliação da dimensão da população imigrante dos PALOP residente em Portugal é dificultada pelas características do movimento que lhe deu origem. As discrepâncias entre os dados de diferentes fontes estatísticas ilustram essas dificuldades.

Segundo o Recenseamento Geral da População de 1981, residiriam em Portugal 45222 indivíduos com nacionalidade angolana, cabo-verdiana, guineense, moçambicana e são-tomense. No mesmo ano, porém, apenas 27287 estrangeiros com aquelas nacionalidades tinham a sua residência legalizada, segundo as estatísticas do Serviço de Estrangeiros do Ministério da Administração Interna.

Uma análise mais discriminada dos dados produzidos pelas duas fontes referidas permite identificar a provável origem daquela discrepância. De facto, as diferenças observadas entre os dados relativos a cada um dos PALOP têm uma amplitude completamente diferente — desprezível no caso de Cabo Verde, significativa para a Guiné-Bissau e S. Tomé, enorme nos casos de Angola e Moçambique. Ou seja, estas variações poderão indicar origens diferenciadas para a imigração proveniente dos vários países africanos, nomeadamente porque parecem revelar a

QUADRO 1

Imigrantes dos PALOP: comparação das fontes

País	INE (A)		MAI (B)		(A/B) - 1
	N	%	N	%	
Angola	19 567	28.4	2 068	7.6	8.4
Moçambique	4 425	4.3	621	2.3	6.1
Guiné - Bissau	1 126	41.7	970	3.6	0.2
São Tomé	1 547	2.4	786	2.9	1.0
Cabo Verde	18 557	21.3	22 842	83.6	-0.2
Total	108 518	100.0	27 287	100.0	3.0

Fontes: INE, Recenseamento Geral da População de 1981; Ministério da Administração Interna, Serviço de Fronteiras, 1981.

existência de um grande contingente de refugiados angolanos e moçambicanos documentados como portugueses devido à muito provável coincidência temporal do seu êxodo com o dos repatriados das colónias ¹².

Informação estatística adicional dá suporte à verosimilhança desta hipótese de interpretação. De facto, é curioso verificar a existência de uma notável coincidência entre o padrão da fixação regional dos repatriados e a estrutura de distribuição regional dos angolanos e moçambicanos recenseados pelo INE em 1981, situação oposta à observada no caso dos imigrantes caboverdianos ¹³.

Fazendo sentido as discrepâncias referidas, afigura-se-nos como mais correcto optar pelos números do Recenseamento Geral da População, em detrimento dos divulgados pelo MAI. De facto, e num plano analítico, é mais pertinente, enquanto critério de definição de pertença a uma colectividade, a vinculação discursiva pelos actores de referentes de identidade colectiva, presente, no caso em estudo, na auto-classificação dos inquiridos como estrangeiros em resposta à questão nesse sentido colocada no questionário do Censo de 1981, do que o cumprimento pelos mesmos indivíduos dos actos administrativos que suportam normativamente a institucionalização dessa pertença. Em rigor, são esses actos e não os imigrantes as verdadeiras entidades nas estatísticas do MAI ¹⁴.

¹² A coincidência entre as duas fontes no que se refere aos valores da imigração caboverdiana é ainda um primeiro indicador do carácter predominantemente laboral deste fluxo. De facto, as estratégias dos imigrantes visando atenuar os efeitos de uma integração subordinada no mercado de trabalho passam frequentemente pela procura da legalização da sua situação. Ver, a propósito, 'J. Houdaille e A. Sauvy, *L'immigration clandestine dans le monde*', *Problemes Economiques*, (1937), 1974.

¹³ Sobre a distribuição regional da população repatriada ver R. Pires e outros, *op. cit.*. A similitude entre os padrões de fixação dos repatriados e dos emigrantes angolanos e moçambicanos poderá indicar a persistência de laços importantes entre os repatriados e as sociedades africanas de origem, que podem contribuir para a permanente actualização de uma identidade colectiva de sectores importantes deste subconjunto da população portuguesa.

¹⁴ As estatísticas do Ministério da Administração Interna são no entanto fundamentais para a especificação das diferenças entre a imigração legal e clandestina. Por outro lado, o acto de legalização da situação de imigrante não pode ser considerado como uma mera formalidade, pois determina um modo de inserção institucional com efeitos práticos no plano do relacionamento com as comunidades do país de integração e, consequentemente, no domínio da evolução da identidade colectiva dos imigrantes. Sobre os diferentes modos de integração dos imigrantes e suas relações com o problema da identidade ver, por exemplo, C. Fried (ed), *Minorities: Community and Identity*, Berlim, Springer-Verlag, 1983.

FIGURA 5

Imigrantes dos PALOP, segundo a nacionalidade, por distritos

Angola



Moçambique



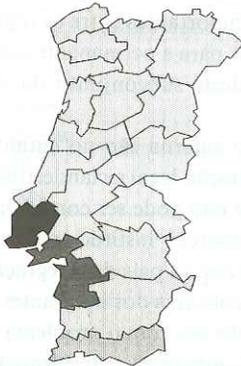
Guiné – Bissau



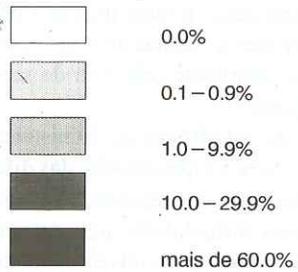
S. Tome



Cabo – Verde



Legenda



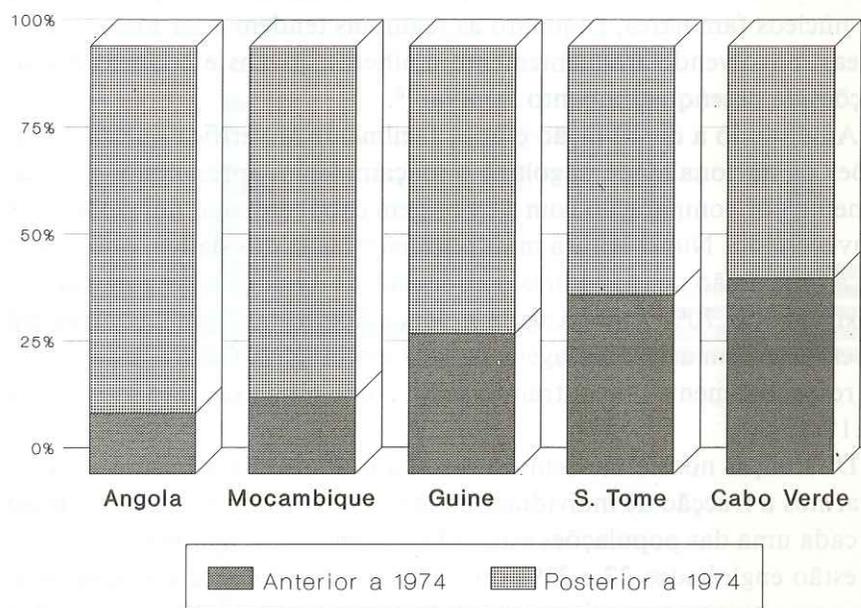
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

3. Um Universo Diferenciado

Nesta primeira fase de estudo, a análise das populações imigrantes dos PALOP incidiu apenas, dados os condicionalismos da informação disponível, sobre o universo constituído pelos indivíduos que emigraram após a descolonização¹⁵. No plano estatístico, esta redução da unidade de análise tem consequências sobretudo no caso da população de origem cabo-verdiana, uma vez que mais de 46.5% dos residentes em Portugal com esta nacionalidade já se tinham fixado no país durante a década de sessenta e primeiros anos da década de setenta.

FIGURA 6

Imigrantes dos PALOP, segundo a nacionalidade, por período de migração



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

¹⁵ Mais rigorosamente, o universo estudado é composto por todos os indivíduos que, em resposta ao questionário do Censo de 1981, declararam residir nas colónias em 31 de Dezembro de 1973.

De uma primeira leitura dos dados sobre a dimensão dos quantitativos populacionais originários de cada um dos PALOP (ver Quadro 1), ressalta o predomínio dos imigrantes angolanos e caboverdianos, mesmo quando se consideram apenas os resultados dos fluxos posteriores à descolonização. Veremos que são precisamente estas duas populações que mais claramente exemplificam os dois tipos principais de imigração dos PALOP ocorridos nos finais dos anos setenta.

3.1. Estruturas demográficas

A estrutura demográfica é um dos indicadores classicamente utilizados na caracterização dos tipos de migração. De facto, a análise dessa estrutura permite distinguir migrações laborais e migrações de refugiados, visto as primeiras serem compostas predominantemente por indivíduos em idade activa e, quando adquirem um carácter mais permanente, por núcleos familiares, enquanto as segundas tendem a ser mais heterogéneas, envolvendo frequentemente mulheres, jovens e crianças em situações de desenquadramento familiar¹⁶.

Analisando a distribuição etária, facilmente se verifica que as populações de nacionalidade angolana e moçambicana apresentam, nomeadamente por comparação com a de origem caboverdiana, um perfil mais rejuvenescido. Numa leitura mais pormenorizada dos dados, observa-se que a proporção de indivíduos com menos de 19 anos apresenta valores próximos dos 70% para Angola e Moçambique, os quais contrastam fortemente com as percentagens de 28.1 e 46.0 para Cabo Verde e Guiné, respectivamente, encontrando-se S. Tomé numa posição intermédia (52.1%).

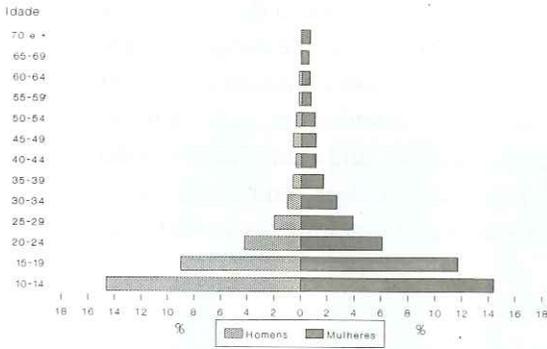
Diferenças no mesmo sentido ressaltam também facilmente se compararmos a fracção de indivíduos em idade activa (entre os 20 e 40 anos) em cada uma das populações estudadas. Com efeito, naquele grupo etário estão englobados 22 e 23% dos imigrantes angolanos e moçambicanos, respectivamente, valor que sobe para 55.4% e 44.2% no caso dos nacionais de Cabo Verde e Guiné, e se situa em posição intermédia (38.7%) para os de S. Tomé.

¹⁶ Sobre a maior heterogeneidade social das populações de refugiados, ver P. George, *op. cit.*.

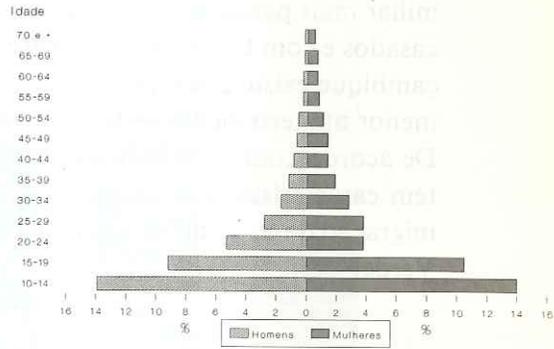
FIGURA 7

Imigrantes dos PALOP, segundo a nacionalidade, por grupo etário

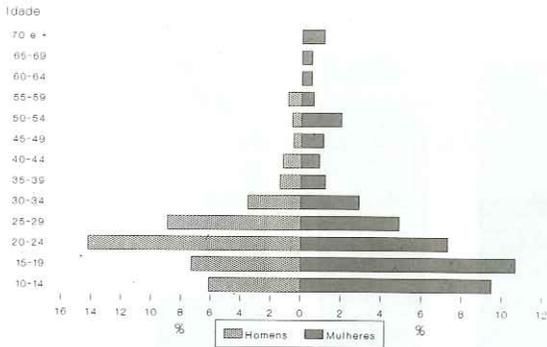
Angola



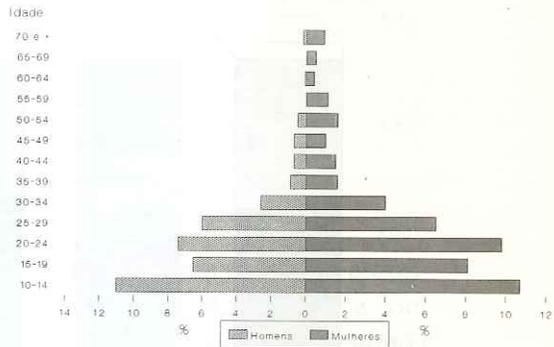
Moçambique



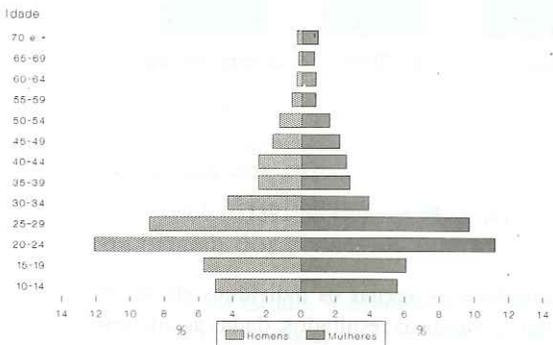
Guiné-Bissau



S. Tomé



Cabo Verde

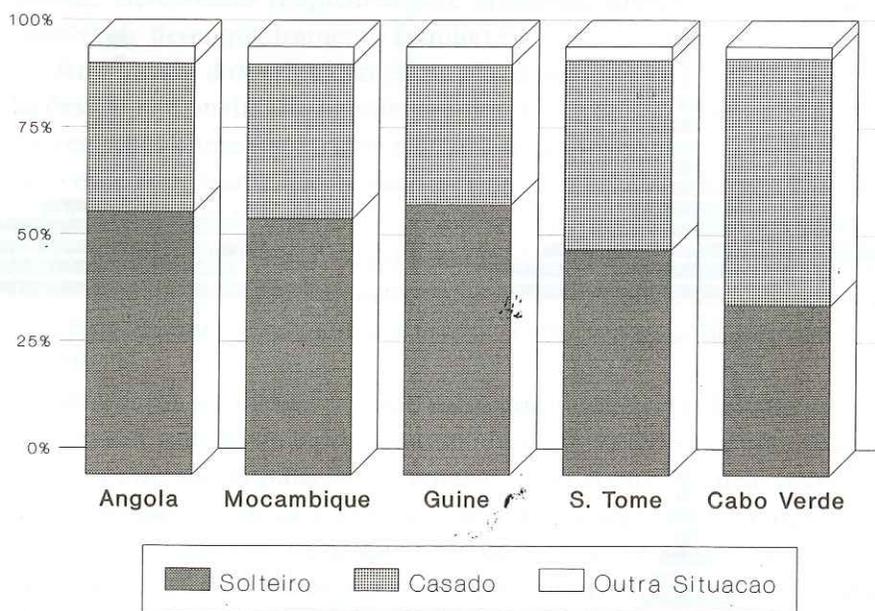


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

Correlativamente às estruturas etárias observadas, e apenas para reforçar a distinção entre as características de uma migração familiar e outra mais atomizada, repare-se ainda como diferem as populações quanto ao estado civil, número de filhos e número de filhos a cargo¹⁷. Enquanto a população oriunda de Cabo Verde apresenta um perfil de migração familiar mais paradigmático, expresso pelo elevado número de indivíduos casados e com filhos, opostamente, entre os imigrantes de Angola e Moçambique existe um grande peso de indivíduos solteiros assim como um menor número médio de filhos e de filhos dependentes em cada família. De acordo com estes indicadores a população oriunda da Guiné Bissau tem características semelhantes à daqueles dois países, enquanto que a migração de S. Tomé se aproxima mais de perfil dos imigrantes de Cabo Verde.

FIGURA 8

Imigrantes dos PALOP com mais de 14 anos,
segundo a nacionalidade, por estado civil

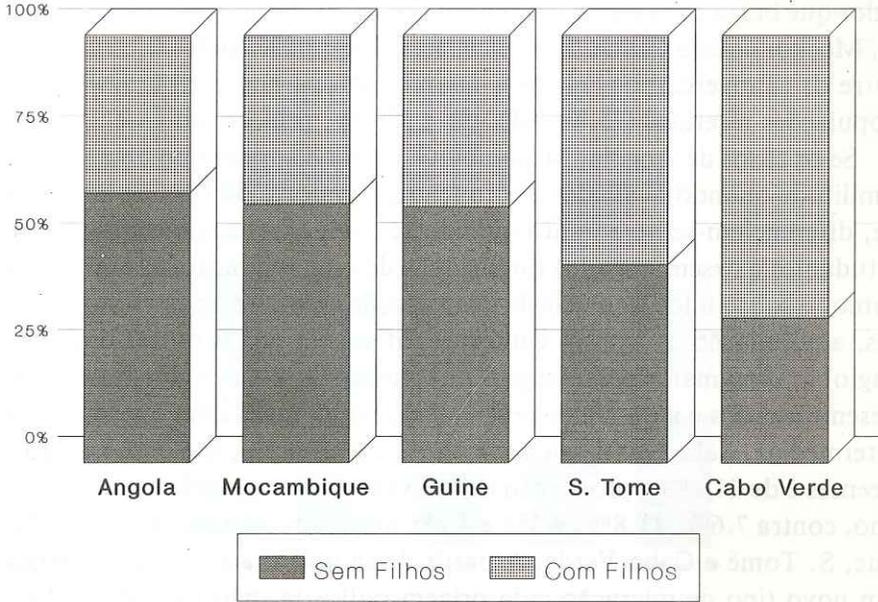


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

¹⁷ Na análise do estado civil foram considerados apenas os indivíduos em idade nupcial (com 15 e mais anos), por forma a não enviesar os resultados, dadas as diferenças entre a estrutura etária de cada população. O número de filhos, independentemente da sua nacionalidade e residência, é relativo ao universo das mulheres com mais de 11 anos.

FIGURA 9

Imigrantes dos PALOP do sexo feminino com mais de 12 anos, segundo a nacionalidade, por número de filhos



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

3.2. Estrutura ocupacional e educacional

Ao contraste entre os perfis caracterizados por uma migração atomizada e rejuvenescida, por um lado, e por uma migração familiar e com grande peso de população adulta, por outro, sobrepõe-se uma segunda dicotomia definida a partir de indicadores relativos à condição perante o trabalho e nível de qualificação. Com efeito, verifica-se que ao primeiro perfil corresponde um grande peso de estudantes com níveis de qualificação intermédios e ao segundo um grande peso de população activa com baixos níveis de qualificação. Obviamente esta esquematização só faz sentido para destacar os casos típicos, sem que, por isso, se retire importância aos casos híbridos ou intermédios, envolvendo uma população mais heterogénea dada a multiplicidade dos factores que estiveram na origem dos processos migratórios em causa.¹⁸

¹⁸ Neste estudo, a delimitação de perfis de imigrantes não obedeceu pois a uma orientação naturalista, antes se orientou pela metodologia weberiana de construção de ideais-tipo. A distinção entre aquelas duas orientações é particularmente realçada em R. Bendix, 'Tradition and modernity reconsidered', *Comparative Studies in Society and History*, 9 (3).

No que se refere à condição perante o trabalho, merece especial realce o facto de cerca de metade da população de origem caboverdiana com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos ser composta por activos, valor que baixa para quase um quarto nos casos dos imigrantes de Angola, Moçambique e Guiné. Evidencie-se ainda o baixo peso de estudantes entre os caboverdianos (11.8%), quando comparado com o das outras populações referidas (25.4%, 25.9% e 37.4%, respectivamente).

Se os casos de Angola, Moçambique e Guiné apresentam uma grande similitude quando avaliados em função dos valores da taxa de actividade, diferenciam-se no entanto quando se comparam as percentagens de estudantes e desempregados (indicadora de uma migração laboral), bem como, e sobretudo, os níveis de qualificação. Utilizando estes indicadores, a população de origem guineense diferencia-se das outras duas por englobar uma maior percentagem de estudantes, uma menor fracção de desempregados e uma maior proporção de indivíduos com qualificações intermédias. Saliente-se, apenas a título de exemplo, que entre os guineenses é de 21,8% a proporção de indivíduos com curso liceal ou o 12.º ano, contra 7.6%, 11.8%, 9.5% e 4.2% nos casos de Angola, Moçambique, S. Tomé e Cabo Verde. A partir desta informação parece emergir um novo tipo de migração cuja origem radicaria, não na instabilidade provocada por uma situação de guerra, nem directamente no subdesenvolvimento económico, mas nas carências do sistema de ensino do país de origem, as quais, associadas aos acordos estabelecidos neste âmbito entre Portugal e a Guiné, teriam conduzido à migração temporária de jovens que em Portugal frequentam o ensino secundário, médio e superior. Para além deste tipo de mobilidade, não deve no entanto esquecer-se a presença de uma migração laboral claramente indicada pelos indicadores relativos à inserção económica e profissional adiante analisadas.

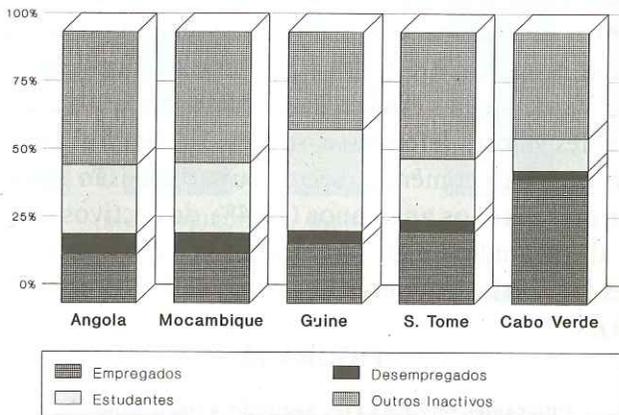
No pólo oposto, a população imigrante de Cabo Verde destaca-se pelo baixo nível médio de escolaridade. A percentagem de indivíduos com no máximo a quarta classe atinge cerca de 90%, valor que é tanto mais agravado se se tiver presente que apenas 10% têm menos de doze anos (contra 33.2% e 32.5% para os casos de Angola e Moçambique, respectivamente), ou seja, que se trata basicamente de uma população adulta. A baixíssima percentagem de desempregados é mais um indicador dos objectivos que movem a migração desta população — a procura de trabalho, mesmo que em condições de precaridade e/ou subremuneração.

A população de S. Tomé apresenta um perfil muito próximo do de Cabo Verde embora com valores sempre mais atenuados para os indica-

dores sobre a condição perante o trabalho e a qualificação escolar. A taxa de actividade é cerca de 20 pontos percentuais mais baixa que a da população caboverdiana e a percentagem de indivíduos que têm no máximo a quarta classe é de 75.7% (contra 87.7% entre os caboverdianos), valor que é ainda desagravado dado o maior peso de crianças nos nacionais da Guiné.

FIGURA 10

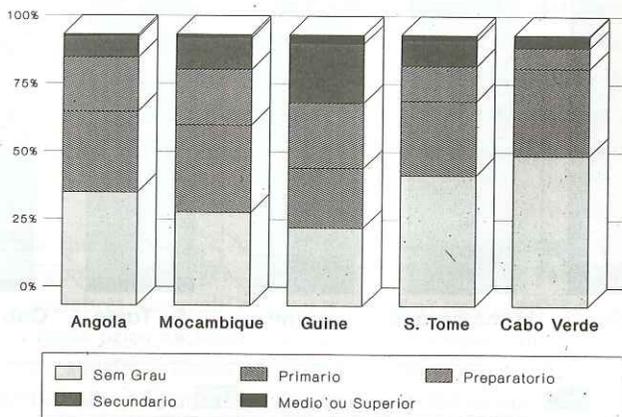
Imigrantes dos PALOP, segundo a nacionalidade, por condição perante o trabalho



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

FIGURA 11

Imigrantes dos PALOP, segundo a nacionalidade, por condição perante o trabalho



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

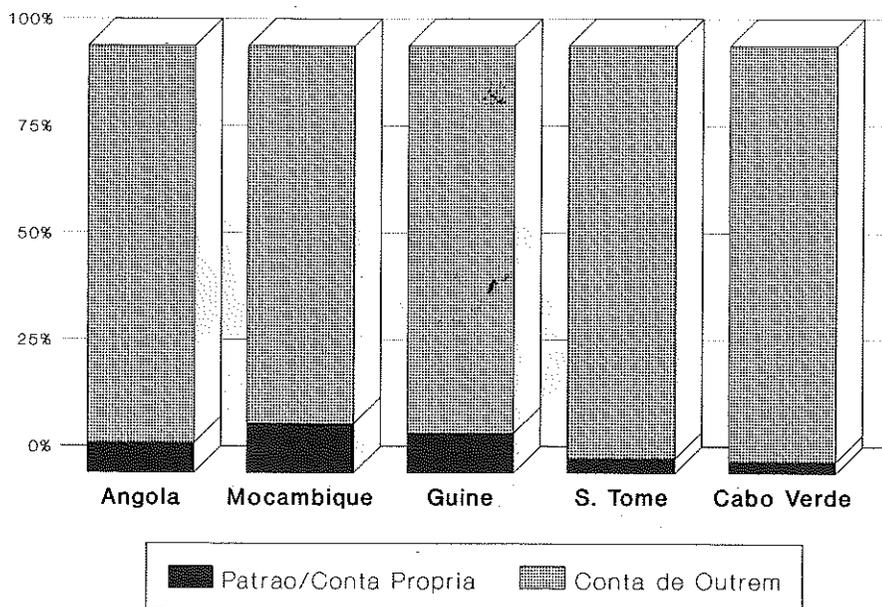
3.3. Inserção económica e profissional

Aqueles níveis de qualificação da mão-de-obra oriunda dos PALOP, associados ao desenvolvimento de práticas segregacionistas, condicionam uma inserção desfavorecida dos imigrantes no mercado de trabalho, concretizada não só pela situação na profissão mas também pelos sectores de actividade e pelas categorias socio-profissionais.

A quase totalidade dos imigrantes dos PALOP trabalha por conta de outrem, embora não deixem de ser relevantes algumas diferenças consoantes, de resto, com a distinção que vimos fazendo entre situações de integração com graus de marginalidade subordinada diferenciados. Enquanto de entre os nacionais de Angola, Moçambique e Guiné trabalham por conta própria entre 5.6% e 8.0% dos activos, nos casos de S. Tomé e Cabo Verde apenas estão naquela situação 3.0% e 1.9% (menos de metade). Estes valores referem-se, sobretudo, aos trabalhadores independentes no ramo do comércio, sector cuja dimensão relativa assume valores superiores entre os angolanos (18.4% dos activos desta nacionalidade estão aí integrados) e moçambicanos (22.2%), intermédios entre os guineenses (11.7%) e inferiores nos casos de S. Tomé (8.7%) e Cabo Verde (6.8%).

FIGURA 12

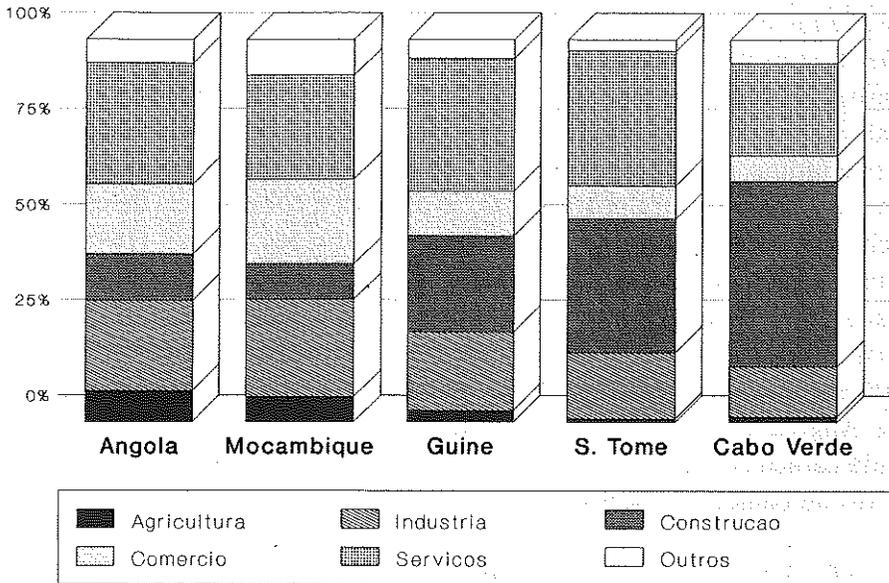
Imigrantes dos PALOP, segundo a nacionalidade,
por situação na profissão



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

FIGURA 13

Imigrantes dos PALOP, segundo a nacionalidade, por sector de actividade



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

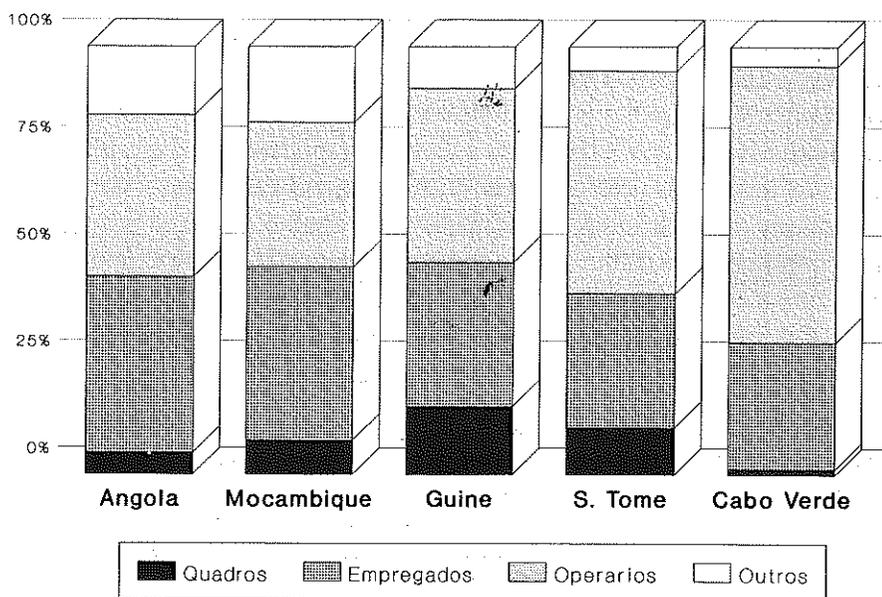
É porém a dominância da inserção profissional no sector da construção civil, característica de uma população migrante quando esta é maioritariamente composta por indivíduos movidos por interesses que se situam ao nível da sobrevivência, que melhor evidencia as referidas situações de integração desfavorável¹⁹. A desqualificação associada a essa actividade, a precaridade dos vínculos de trabalho que aí se praticam, as más condições de trabalho e a constante disponibilidade exigida fazem com que a construção civil seja, nas sociedades centrais, pouco atractiva para a população autoctone, sendo por isso uma das alternativas habi-

¹⁹ “Aquilo que a França, a Alemanha e outros países fizeram, ao recorrer aos trabalhadores emigrados das margens norte e sul do Mediterrâneo para preencher os postos de trabalho (insalubres, desqualificados e mal pagos) da construção civil e obras públicas, deixados vagos pelos nacionais, faz também Portugal, utilizando imigrantes cabo-verdianos, onde aqueles utilizam emigrantes portugueses (entre outros)” (R. Amaro, ‘Mercado de Trabalho e Franjas Marginalizadas: o caso dos imigrantes cabo-verdianos’, in II.ª Conferência do CISEP, *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, vol. I, Lisboa, CISEP, 1987, p. 362).

tuais para a integração do imigrante. Assim se explicará que quase metade da população activa caboverdiana residente em Portugal esteja inserida no sector da construção civil e obras públicas (48.4%) contrapondo-se aos angolanos (12.2%) e moçambicanos (9.3%) que se inserem preferencialmente nos sectores dos serviços e da indústria transformadora. De entre os nacionais de S. Tomé observa-se, também, um peso significativo de migrantes na construção civil (35.1%) apresentando a Guiné valores intermédios. A natureza híbrida do tipo de migração proveniente deste último país é uma vez mais claramente reforçada quando, analisando a sua estrutura profissional, se observa a coexistência de um peso relativamente importante de quadros e profissões liberais (16%) com uma elevada proporção de operários (40%) proporção superior à verificada entre os emigrantes angolanos (5.1%) e moçambicanos (8.0%), mas inferior à detectada para o caso dos caboverdianos (64.5%). De entre estes últimos apenas 1.3% são quadros. As populações provenientes de Angola e Moçambique têm uma estrutura profissional semelhante, cuja característica central radica no predomínio de empregados dos sectores do comércio e serviços (cerca de 40%).

FIGURA 14

Imigrantes dos PALOP, segundo a nacionalidade, por grupo socio-profissional



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981

3.4 Perfis comparativos

Em suma, é possível distinguir dois tipos polarizados de imigração dos PALOP, exemplificados pelos casos de Angola e Moçambique, por um lado, e de Cabo Verde, por outro. A sua diferenciação tem como origem primeira os motivos que deverão ter influído nas decisões de emigração por avaliação dos contextos de origem, cujas características mais marcantes podem ser reportados à situação político-militar em Angola e Moçambique e aos problemas económicos em Cabo Verde. Estes motivos diferenciados deram origem ao predomínio de uma migração de refugiados, no primeiro caso, e de trabalhadores indiferenciados, no segundo, perfis que se encontram expressos com particular clareza:

- na maior juventude das populações de imigrantes angolanos e moçambicanos;
- na maior presença de uma componente familiar na imigração cabo-verdiana;
- na elevada taxa de actividade entre os imigrantes cabo-verdianos
- na maior presença de estudantes entre os imigrantes angolanos e moçambicanos;
- na menor qualificação escolar e profissional dos imigrantes cabo-verdianos;
- na grande percentagem de cabo-verdianos como profissões operárias.

Entre estas situações mais claramente demarcadas, as populações imigrantes de S. Tomé e da Guiné apresentam, respectivamente, características intermédias ou híbridas. No primeiro caso verifica-se uma proximidade com o tipo de migração laboral representado mais expressivamente por Cabo Verde, enquanto no segundo tudo indica estarmos perante não só a coexistência dos dois tipos de migrações analisados, mas também de fluxos de uma certa ordem de grandeza relativamente elevada envolvendo grupos sociais qualificados (estudantes e quadros técnicos)²⁰.

²⁰ Um estudo mais pormenorizado da imigração guineense, integrado na pesquisa em curso, afigura-se necessário não só para um melhor entendimento da sua maior heterogeneidade, mas também para o aperfeiçoamento da tipologia das migrações dos PALOP agora ensaiada.

Muito marcados pelas diferenças entre os processos de descolonização em cada um dos PALOP, os contrastes detectados poderão ter sido parcialmente esbatidos durante a década de oitenta. Os resultados preliminares de uma análise, ainda em curso, dos fluxos migratórios dos últimos anos apontam de facto para uma progressiva redução do número de refugiados e um reforço da componente laboral mais clássica nos movimentos da população com origem no conjunto dos PALOP, tendência que, a prosseguir, dará corpo a um novo tipo de incorporação periférica daquelas sociedades africanas no espaço das suas relações com Portugal.